

PALESTINA E ISRAEL: RELATOS DE UMA PESQUISA DE CAMPO

Danilo Guiral Bassi¹



Shabat na Cidade Velha de Jerusalém/al-Quds

Entre janeiro e fevereiro de 2013, estive em Israel e na Palestina, onde pude enriquecer meu mestrado com uma pesquisa de campo. Minha dissertação de mestrado, ainda distante de sua conclusão, buscará traçar um histórico da proposta de um Estado binacional para árabes-palestinos e judeus-israelenses na região da

¹ Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (USP), membro do Grupo de Trabalho Oriente Médio e Mundo Muçulmano (GTOMMM) da FFLCH-USP e atualmente aluno do programa de pós-graduação em História Social da mesma universidade, onde desenvolve a dissertação *Binacionalismo no conflito israelo-palestino: conceitos, evolução histórica e perspectivas na atualidade*.

Palestina histórica, que abrange os territórios internacionalmente reconhecidos de Israel e da Palestina. Pude ir à região graças ao programa de estágios da FFIPP² do Brasil e, em Jerusalém, trabalhei junto ao professor Jeff Halper na organização fundada e dirigida por ele, o ICAHD – The Israeli Committee Against House Demolitions.

Ao longo de cinco semanas, determinadas experiências foram importantes para minha pesquisa e, acredito, merecem ser relatadas neste breve e informal relato de pesquisa de campo. Num primeiro momento, trarei ao texto experiências que aparentemente não dizem respeito diretamente ao processo da pesquisa – embora não sejam, obviamente, desprendidas deste. Numa segunda parte de meu texto, buscarei relatar um pouco o que foi pesquisar na Palestina e em Israel de forma autônoma, sem vínculos formais e institucionais e a quais frentes de pesquisa aderi.

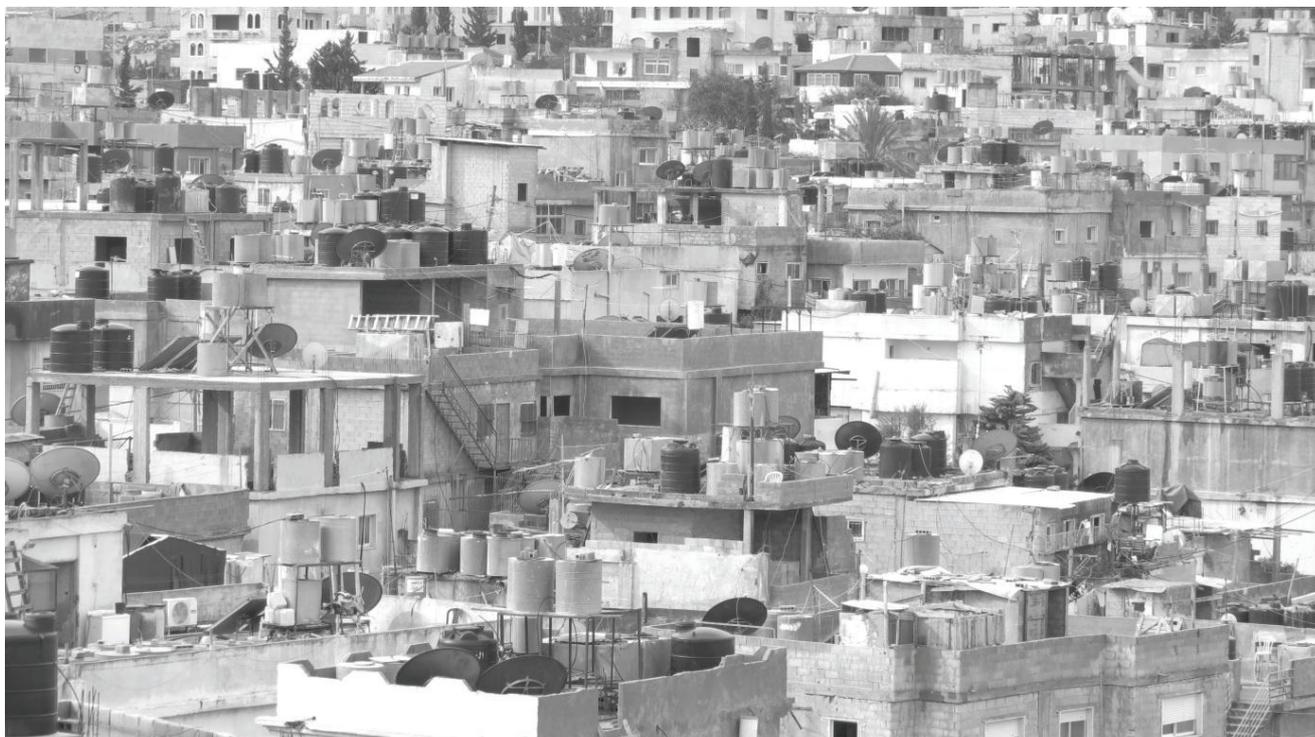
Experiências em campo

Desde minha pesquisa de iniciação científica, pesquiso a história das ideologias políticas do Oriente Médio e do mundo muçulmano. No mestrado, especificamente, trato de uma ideologia política israelo-palestina. Um dos elementos que mais me marcou em cinco semanas na Palestina e em Israel foi a enorme politização das pessoas e de seus discursos nesta região: os debates políticos são comuns entre palestinos e israelenses; discute-se constantemente política interna, política israelense, política palestina, política internacional, propostas para a solução das questões israelo-palestinas... Os debates e discursos políticos estudados à distância, sob orientação do professor Peter Demant, desde 2010, materializavam-se ali, diante de mim. As ideologias políticas mostraram-se ideologias não de pequenos grupos intelectualizados e tampouco da elite governante (ou pretendendo

² Antiga Faculty for Israeli-Palestinian Peace, atual Educational Network for Human Rights in Palestine/Israel.

governar), mas ideologias que circulam no dia a dia e transitam nas mais diversas conversas e classes sociais.

Materializaram-se igualmente elementos da realidade social israelo-palestina, antes apenas vista em fotos ou lida em estudos acadêmicos, em reportagens e relatos pessoais. Desde a chegada, no desembarque no Aeroporto Internacional Ben Gurion, em Tel Aviv, enfrentei o rígido aparato de segurança israelense. Para circular entre cidades palestinas, passei ainda pelos famosos *checkpoints*, postos de controle militar aos quais grande parte dos palestinos é submetida diariamente por longas horas. Pude constatar as diferenças nítidas existentes entre serviços para palestinos e israelenses. Aos palestinos, por exemplo, uma viagem entre cidades é feita por micro-ônibus e vans em mau estado de conservação, a um preço mais alto; aos israelenses (e estrangeiros que desejarem), ônibus climatizados e com poltronas reclináveis fazem o mesmo trajeto de forma mais rápida, com horários pré-definidos, sem passagem por postos de controle militar e por um preço muito mais baixo. Em Jerusalém/al-Quds, é possível, sem olhar para o alfabeto usado nas placas de comércio, saber se estamos em um bairro judeu ou árabe pela qualidade dos serviços de infraestrutura, da iluminação pública, e do calçamento ou mesmo pela frequência da coleta de lixo...



Campo de refugiados de Dheisheh, próximo à Belém, na Cisjordânia. É marcante a quantidade de caixas d'água nas construções. Por conta do racionamento de água, os palestinos se vêm obrigados a fazer grandes reservas de água

As barreiras psicológicas, porém, são igualmente presentes e ainda mais impressionantes. Em conversas informais com judeus israelenses, moradores de Jerusalém Ocidental, estes me contaram que, embora conhecessem outros países, nunca haviam estado em Jerusalém Oriental; que, desde crianças, aprenderam que os “bairros árabes” são “bairros perigosos”; que acreditavam que, para ir de Jerusalém Oriental (onde morei por quatro semanas) a Jerusalém Ocidental (onde me encontrei com eles), eu havia passado por um posto de controle militar. Foi preciso explicar-lhes que, na realidade, bastou atravessar uma rua.



Muro construído por Israel sob argumentos securitários. Na foto, é possível ver uma suástica.
Foto tirada em frente ao *campus* de Abu Dis da Universidade de al-Quds

As placas em algumas cidades, como Jerusalém/al-Quds, são escritas em hebraico, árabe e inglês. Na Cidade Velha de Jerusalém/al-Quds, porém, os nomes em árabe, durante todo o mês de fevereiro, permaneceram cobertos por adesivos de partidos religiosos, ultranacionalistas e ultraconservadores sem, aparentemente, qualquer intervenção de qualquer autoridade municipal para retirar essas obstruções aos nomes em árabe. Em contrapartida, fora da Cidade Velha, vi desenhos de suásticas em muros de Jerusalém Oriental. Em ambos os casos, a negação do Outro parece não surpreender os não-estrangeiros.



Em Israel, é ainda marcante a política oficial e contínua de apagamento da história da presença árabe palestina. Em Jafa, cidade do antigo porto mais importante da região (e hoje transformada em espécie de apêndice de Tel Aviv, esta sim o moderno coração político,

econômico e cultural de Israel), bairros árabes inteiros foram arrasados e transformados em calçadas e jardins a beira mar. Vilas palestinas, muitas das quais esvaziadas no processo da Naqba, hoje reduzidas a ruínas, abundam ao longo das estradas em Israel e na Palestina ocupada. Próximo à cidade litorânea de Acre, por exemplo, fica Al-Birweh, vila natal do poeta Mahmoud Darwish; as poucas e últimas ruínas de Al-Birweh, em meio a uma cooperativa agrícola israelense, desaparecem pouco a pouco, seja pela anexação contínua das terras por parte da cooperativa, seja pelo abandono das ruínas ao tempo e à depredação.

No Brasil, muito se fala – sobretudo na mídia e nos círculos de esquerda – sobre a indústria armamentista israelense, que, antes de exportar suas inovações, testaria, por meio das Forças de Defesa de Israel, suas invenções nos territórios palestinos ocupados. Em uma visita a Hebron/al-Khalil, no dia seguinte a uma manifestação de palestinos, essa acusação soou muito real: senti os efeitos dos resquícios da “arma de fedor”, um jato de líquido com um cheiro fortíssimo e nauseante, que fica impregnado por dias em roupas, na pele, nas paredes e no asfalto.

Hebron/al-Khalil, aliás, é geralmente citada por muitos como a cidade onde um regime de segregação (segundo muitos, equivalente ao *Apartheid* sul-africano) seria mais acabado nos territórios palestinos ocupados. Em Hebron/al-Khalil, presenciei a existência de calçadas separadas para judeus e não-judeus; ali, vi crianças palestinas sofrendo agressões verbais e que precisam ser acompanhadas por observadores internacionais para conseguir chegar à escola; descobri que

antigas ruas vibrantes, com dezenas de lojas de comerciantes palestinos, foram evacuadas e hoje formam a chamada Cidade Fantasma. Foi em Hebron/al-Khalil, ao perguntar a um soldado israelense se eu poderia atravessar uma rua, que recebi como resposta: “Depende. Qual sua nacionalidade?”

Em cinco semanas, foi possível perceber uma realidade de segregação que, de alguma forma, serve de argumentação aos que buscam colocar em cheque a aplicabilidade de ideologia que estudo: o binacionalismo e a consequente equiparação dos direitos nacionais para árabes palestinos e israelenses. Me deparei com uma situação muito explícita de separação entre israelenses e palestinos, como estradas e ônibus segregados. Mas



entrei em contato, de forma mais ou menos direta, com formas mais sutis de segregação, sobretudo dentro do Estado de Israel, como a dificuldade de realizar casamentos inter-religiosos (o Estado de Israel não tem a instituição do casamento civil, apenas quando realizado no exterior) ou de conseguir emprego ou financiamentos para os que não fizeram o serviço militar. E os palestinos em Israel (ou “árabes israelenses”, como são denominados pelo Estado israelense) não realizam o serviço militar. Além disso, cidades e bairros palestinos têm fornecimento racionado de água e palestinos não costumam receber autorização para construir ou reformar suas casas – o que leva a maioria dos palestinos a terem sua casa em situação irregular, ou seja, passível de demolição a qualquer instante – e escolas palestinas recebem menos verbas e têm prédios em piores condições e professores com piores salários. A consequência desta série de desigualdades institucionalizadas é que palestinos, mesmo dentro de Israel e cidadãos israelenses, são muito mais pobres que os cidadãos judeus e sofrem com índices muito maiores de desemprego.



Ruínas de al-Birweh, próximo a Acre, na Galileia

Pesquisar em Israel e na Palestina

Minha pesquisa de campo, feliz ou infelizmente, teve suas especificidades. Isso se deu por ser uma pesquisa sem vinculações institucionais formais. Não fui à Palestina e a Israel para pesquisar; fui enquadrado em um programa de estágios e, em minhas horas livres, fiz pesquisas de forma autônoma. Não tendo, assim, um visto de pesquisador ou de estudante, as possibilidades de pesquisa em arquivos governamentais, que poderiam ser interessantes, por exemplo, foram reduzidas. De qualquer forma, tenho consciência de que eu poderia aproveitar pouco estes arquivos, por conta de um ainda mínimo conhecimento das línguas hebraica e árabe. A pesquisa de campo, entretanto, foi frutífera em outras duas frentes: a pesquisa em bibliotecas e as entrevistas presenciais.

Por recomendação de um professor universitário israelense aposentado, fui a duas bibliotecas em Jerusalém: a da Universidade Hebraica de Jerusalém e a da Universidade de al-Quds. Algumas diferenças nas relações interpessoais foram marcantes entre os funcionários de cada uma das bibliotecas, mas sem adentrarmos no que poderiam ser simples anedotas, o que é possível dizer é que, em ambos os

casos, o acesso às universidades e às bibliotecas é livre e houve uma grande receptividade por parte dos bibliotecários, que auxiliaram no aprendizado das ferramentas de busca e nas possibilidades de digitalização dos materiais encontrados. Apesar disto, para minha surpresa, em ambas as bibliotecas, os funcionários não conheciam absolutamente nada sobre o tema pesquisado. Mais que isso: tanto na Universidade Hebraica quanto na Universidade de al-Quds, os bibliotecários se mostraram surpresos pelos pedidos de um pesquisador estrangeiro sobre as questões israelo-palestinas.

Após alguns dias nessas bibliotecas e após algumas frustrações – pelo infeliz desaparecimento de alguns volumes das prateleiras e pela quantidade limitada de bibliografia em idiomas que eu compreenda plenamente –, pude retornar ao Brasil com uma quantidade significativa de bibliografia (inclusive primária) útil para a pesquisa, desde livros e cartas de pensadores e figuras políticas que se debruçaram sobre o assunto até relatórios técnicos dos anos 30 e 40 sobre a aplicabilidade de uma solução binacional na Palestina histórica.

Apesar da possibilidade de encontrar fontes tradicionais, escritas, para minha pesquisa, outra fonte riquíssima de informações foi uma série de conversas e entrevistas com palestinos e israelenses – cujos nomes prefiro, por enquanto, não expor, mas que pertencem a organizações políticas ou sociais ou são alguns dos



Rua Shuhada, antiga rua vibrante de comércio e hoje parte da chamada Cidade Fantasma de Hebron/al-Khalil

ditos “cidadãos comuns”. Embora essa série de conversas e entrevistas não se proponha a ser uma amostra fiel da totalidade da sociedade israelo-palestina, ela permite a exposição de posicionamentos políticos representativos de determinadas parcelas da população.

Embora ainda seja necessário concluir a organização das conversas e entrevistas e explorar com mais profundidade o conjunto do material coletado, a pesquisa de campo se mostrou imprescindível para o desenvolvimento da dissertação e, a partir dela, tem sido possível reforçar as hipóteses colocadas desde a apresentação do primeiro projeto de pesquisa: 1) de que a ideia de um Estado binacional era, até a criação do Estado de Israel, uma proposta presente sobretudo entre grupos sionistas de esquerda; 2) de que, após a criação do Estado de Israel, a maioria dos grupos sionistas binacionalistas abandonaram a defesa de um único Estado binacional e um número crescente de atores palestinos abraçou o ideal binacionalista; 3) de que, num processo que vai da ocupação da Cisjordânia e da Faixa de Gaza em 1967 até os Acordos de Oslo nos anos 90, houve um decréscimo do número de seus defensores; 4) de que, com o fracasso dos Acordos de Oslo e a aparente impossibilidade de uma solução negociada e justa para a formação de dois Estados na Palestina histórica, está voltando a crescer o discurso binacionalista entre israelenses e palestinos, mas sobretudo entre palestinos.

A viabilidade e a aplicabilidade de um modelo binacional nos territórios israelo-palestinos, os modelos possíveis de um Estado binacional para palestinos e israelenses, a dimensão e possibilidade de sustentação da retomada do discurso binacionalista, o verdadeiro perfil e as verdadeiras intenções políticas dos defensores de um Estado binacional são ainda pontos a serem aprofundados – obviamente não apenas por mim ou por esta pesquisa –, mas a questão do Estado binacional na Palestina histórica está sendo posta na mesa. Mais uma vez.